



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
*CAMPUS* COLORADO DO OESTE  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

**BRUNË RAPCHAELL MAGALHÃES DA CUNHA**

**“A PELE QUE HABITO”: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA  
PARA A POPULAÇÃO DE TRAVESTI E TRANSEXUAIS DO ESTADO DE  
RONDÔNIA**

COLORADO DO OESTE-RO

2024



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS COLORADO DO OESTE  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

**BRUNË RAPCHAELL MAGALHÃES DA CUNHA**

**“A PELE QUE HABITO”: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA  
PARA A POPULAÇÃO DE TRAVESTI E TRANSEXUAIS DO ESTADO DE  
RONDÔNIA**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) - *Campus Colorado do Oeste*, como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Marineide Martiniano do Nascimento.

COLORADO DO OESTE-RO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Cunha, Brunë Rapchaell Magalhães da.

“A pele que habito”: uma análise da política de saúde pública para a  
população travesti e transexuais do Estado de Rondônia / Brunë Rapchaell  
Magalhães da Cunha, Colorado do Oeste-RO, 2024.

17 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Marineide Martiniano do Nascimento..

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão  
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Rondônia - IFRO, Colorado do Oeste-RO, 2024.

1. Política de saúde. 2. Identidade de gênero. 3. Travesti. 4. Transexuais. I.  
Nascimento., Marineide Martiniano do (orient.). II. Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Juliana Machado da Silva Sasset, CRB-11/1140 (Campus Colorado do Oeste)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Colorado do Oeste, como parte das exigências para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Autoras: Brunë Rapchaell Magalhães da Cunha e Edna Lucas da Silva

Orientador: Dr<sup>a</sup>Marineide Martiniano do Nascimento

Situação: ( ) Aprovado ( ) Reprovado

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Orientador(a)

---

Ms. Heron Cristiano Mairink Volpi

---

Membro 2

# “A PELE QUE HABITO”: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA PARA A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

## THE SKIN I INhabit: AN ANALYSIS OF PUBLIC HEALTH POLICY FOR THE TRANSVESTI AND TRANSEXUAL POPULATION IN THE STATE OF RONDÔNIA

Brunë Rapchaell Magalhães da Cunha <sup>1</sup>  
Marineide Martiniano do Nascimento<sup>2</sup>

### RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de Outubro de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 196 estabelece que a saúde é um Direito de todos e Dever do Estado, devendo ser garantido através de Políticas Sociais e Econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Neste cenário, as questões relacionadas à identidade de gênero devem ser consideradas marcadores sociais e determinantes fundamentais no processo saúde-doença. No entanto, a realidade apresentada por travestis e transexuais, no tocante ao acesso à Política de Saúde ainda está longe da compreensão da integralidade em saúde, visto que suas necessidades específicas e suas identidades não são reconhecidas dentro de sua totalidade. Isto posto, o presente artigo tem por objetivo trazer à tona uma análise reflexiva sobre a inserção do termo identidade de gênero nos documentos oficiais da Política de Saúde no Estado de Rondônia, quais os instrumentos institucionais para inserção de população de Travestis, Mulheres transexuais e Homens Transexuais na Política de Saúde no Estado de Rondônia, quais os avanços, limites e desafios para a efetivação do Direito à saúde desta população, uma das mais vulneráveis da sociedade. A pesquisa apresentada se insere dentro da metodologia qualitativa, bibliográfica e documental. Surge a partir da inserção da discente, MULHER TRANSEXUAL, assistente social, trabalhadora do SUS inserida no Hospital Regional de Cacoal e na Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste/RO. Importa-me destacar as dificuldades da tratativa do respeito às identidades de gênero nesses espaços sócio-ocupacionais e os inúmeros embates, neste pilar ampara-se uma pesquisa na realidade de uma mulher transexual que no seu fazer profissional enfrenta a transfobia institucionalizada e nos embates cotidianos com os demais profissionais cisgêneros.

**PALAVRAS CHAVE:** Política de Saúde, Identidade de gênero, Travesti, Transexuais.

### ABSTRACT

The Constitution of the Federative Republic of Brazil, promulgated on October 5, 1988, known as the Citizen Constitution, establishes in its Article 196 that health is a right of all and a duty of the State, to be guaranteed through social and economic policies aimed at reducing the risk of disease and other harm and ensuring universal and equitable access to actions and services for its promotion, protection, and recovery.

In this context, issues related to gender identity should be considered social markers and fundamental determinants in the health-disease process. However, the reality faced by travestis and transgender individuals regarding access to health policies remains far from the understanding of comprehensive healthcare, as their

---

<sup>1</sup>Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Colorado do Oeste. E-mail: rapchaell@hotmail.com

<sup>2</sup>Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Graduação Tecnológica em Gestão pública – IFRO. Especialista em Psicopedagogia, Língua, linguagem e ensino pela FIP, em Educação de Jovens e Adultos, Gestão em EAD - IFRO, em Gestão, orientação e supervisão e Gestão e docência superior na EAD pela FAVENI. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Desenvolvimento Sustentável – UDS (Assunção/Paraguai). Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Desenvolvimento Sustentável – UDS (Assunção/Paraguai). E-mail: [profneidenn@gmail.com](mailto:profneidenn@gmail.com)

specific needs and identities are not fully recognized. This article aims to provide a reflective analysis of the inclusion of the term *gender identity* in the official documents of the Health Policy in the State of Rondônia, examining the institutional mechanisms for integrating travestis, transgender women, and transgender men into the health policy framework of the state, as well as the progress, limitations, and challenges for ensuring the right to health for this population, one of the most vulnerable in society. The research follows a qualitative, bibliographic, and documentary methodology and originates from the perspective of a transgender woman, a social worker, and a SUS employee working at the Regional Hospital of Cacoal and the Municipal Health Department of Colorado do Oeste/RO. It is important to highlight the challenges in addressing respect for gender identities within these socio-occupational spaces and the numerous conflicts faced. This study is grounded in the lived experiences of a transgender woman who, in her professional practice, confronts institutionalized transphobia and daily struggles with cisgender professionals.

**Keywords:** Health Policy, Gender Identity, Travestis, Transgender Individuals.

“Aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira.” (Cecília Meireles).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui como Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia, campus Colorado do Oeste. Aqui pretendemos discutir, através de análise documental, bibliográfica, com metodologia qualitativa, as perspectivas na qual a política de saúde se apresenta para a População de travestis e transexual. Para tanto tomaremos como parâmetros a atuação da autora, enquanto mulher travesti, profissional da saúde e usuária do SUS.

É evidente a situação de exclusão institucional enfrentada pela comunidade de TRAVESTI e TRANSEXUAIS (mulheres trans, homens trans e trans não binaries). Isso se reflete inclusive nos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), conforme indicado pela literatura e pelos movimentos sociais, realidade que se manifesta, sobretudo, na falta de respeito ao nome social, na discriminação, dificuldade no acesso aos serviços de saúde, na exigência de diagnósticos para acesso aos cuidados de saúde, na falta de preparo das equipes de cuidado em saúde (quer seja na Atenção Primária em Saúde, Atenção especializada e hospitalar).

Para superar as desigualdades históricas na prestação de cuidados de saúde e na implementação de políticas públicas de saúde, é fundamental avaliar a assistência dedicada a essa comunidade dentro do SUS, podendo compreendê-lo como o Sistema Único de Saúde que tem com princípio legal, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988, que em seu Art. 196 assegura que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Importa-nos destacar que a OMS – Organização Mundial da Saúde, em

define a SAÚDE como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de afecções e enfermidade.

Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo trazer à tona uma análise reflexiva sobre a inserção do termo identidade de gênero nos documentos oficiais da Política de Saúde no Estado de Rondônia, quais os instrumentos institucionais para inserção de população de Travestis, Mulheres e Homens Transsexuais, quais os avanços, limites e desafios para a efetivação do Direito à saúde desta população, uma das mais vulneráveis da sociedade. Nessa perspectiva, buscamos refletir sobre as ações e práticas de atendimentos, mediante as orientações legítimas do Sistema Único de Saúde – SUS, que garante a assistência a todos e todas independentes da sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Diante desse cenário, esse estudo acadêmico nos levará a um aprofundamento para a identificação dos descasos no atendimento básico de saúde, além da falta das especialidades para o atendimento dessa população, conforme assegura o SUS, que o acesso aos serviços deve acontecer mediante os princípios da equidade, integralidade e universalidade, garantindo o direito a igualdade de todos, como bem o Art. 5º da Constituição Federal.

O trabalho aqui apresentado fará uma fundamentação teórica, a partir de revisão bibliográfica e documental, sobre quais os direitos que a população de Travestis e pessoas transsexuais (mulheres e homens transsexuais) conquistaram no decorrer dos 30 (trinta anos) da luta da população TT<sup>3</sup>, para tanto iremos buscar dialogar com autoras que caracterizam e fundamentam a vivência dos corpos, vidas e almas transgêneras (TT), nosso embasamento será principalmente através das próprias vozes trans, que constrói as suas histórias e teorizam sobre suas vivências e experiências. Para tanto nos apropriaremos de autoras como: Tiffany Odara, Jaqueline Gomes de Jesus, Sofia Favero, MeggRayara.

A justificativa para a presente pesquisa é que se torna necessário, relevante e não apenas atual ou modismo abordar a questão da transgeneridade, transexualidade, travestilidade e sua inclusão na Política Social de Saúde através de uma análise de como a Gestão Pública, através dos instrumentos legais dialogam com estas categorias, bem como desmitificam as conotações pejorativas dadas historicamente a estes grupos sociais. Faz-se importante destacar a escassez de material produzido com foco nos cuidados em saúde para a população TT, em principal na região Norte do Brasil, o que demonstra a necessidade de se trazer a tona este debate, principalmente no Estado de Rondônia.

---

<sup>3</sup> Utilizamos a sigla TT quando formos abordar as categorias travestis e transsexuais.

De acordo com Costa-Val *etal* (2024, p.01)<sup>4</sup> “As pessoas trans estão expostas a diferentes situações de vulnerabilidade que se entrecruzam, causando impactos negativos no processo saúde-doença-cuidado.”

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história nos remota que em diversos contextos a transexualidade foi abordada, no entanto como apresenta SAMPAIO e COELHO (2013)<sup>5</sup>:

[...]encontramos um aspecto que parece ser consensual: o desacordo entre o sexo biológico e o sexo psicológico na transexualidade. As pessoas transexuais desejam viver como uma pessoa do sexo oposto ao do seu nascimento. Algumas costumam dizer: “tenho o corpo de um sexo e a alma do outro”.

As referidas autoras corroboram ainda:

Entre os profissionais da saúde, as formas pelas quais a transexualidade é entendida variam a depender do referencial teórico-profissional e vivencial. Para a medicina, o sexo biológico é a referência para a determinação da identidade sexual dos sujeitos. Qualquer desvio em relação a essa norma médica é compreendido como um transtorno, que pode ser tratado cirurgicamente adaptando o corpo ao que o sujeito entende ser. Já no âmbito das ciências sociais, a transexualidade vem sendo discutida a partir de suas relações com as normas e os valores do universo sociocultural, numa perspectiva crítica em relação à biomedicina.

Faz-se importante salientar que em 25 de maio de 2019 a Organização Mundial da saúde aprovou resolução na qual o termo “transtorno de identidade de gênero” fora retirado do Código Internacional de Doenças, em sua décima primeira revisão, na mesma resolução a OMS cria um novo capítulo dedicado as questões de saúde sexual, tendo sido a transexualidade inclusa nesta nova classificação. Neste cenário, o então “transtorno de identidade de gênero” que categorizava as pessoas trans dentro de ordem de doença mental, enquanto um transtorno mental, passa a ser reclassificado dentro de um agrupamento de cuidados à saúde sexual, o que é um reconhecimento da cidadania e dos Direitos Humanos desta população.

A Travestilidade e a Transexualidades são termos que se referem à identidade de gênero de uma pessoa cuja identidade de gênero não coincide com o sexo atribuído ao nascimento.

<sup>4</sup> Texto disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/t3H47Qhcbd7vNmc67FtBp5t/?format=pdf&lang=pt>, acesso 05 de agosto de 2024

<sup>5</sup> Texto disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15770/1/A%20TRANSEXUALIDADE%20NA%20ATUALIDADE.pdf>, acesso em 05 de agosto de 2024.

Pessoas transexuais podem ter vivências e necessidades variadas, e a compreensão e o respeito pela transexualidade são fundamentais para promover o bem-estar e a inclusão. Judith Butler, uma das teóricas mais influentes nos estudos de gênero e filosofia contemporânea, oferece uma visão inovadora e crítica sobre o conceito de gênero. Sua abordagem é central para o campo dos estudos queer e da teoria de gênero.

Judith Butler argumenta que o gênero não é uma característica intrínseca ou uma identidade fixa, mas sim uma série de performances e ações que são repetidas e produzidas ao longo do tempo. Em sua obra "Problema de Gênero" (1990) e "BodiesThatMatter" (1993)<sup>6</sup>, Butler propõe que o gênero é um "efeito de discurso" que resulta da repetição de atos e comportamentos que são socialmente reconhecidos como masculinos ou femininos.

Neste cenário, CUNHA (2015, p.6) assevera:

Nos últimos vinte anos, gênero tem sido visto como responsável por certos comportamentos, práticas ou ações em contextos sociais específicos. As pessoas falam de determinada maneira porque são homens ou mulheres e a fala reflete essa diferença. Os modelos de dominação e diferença relativos às interações entre homens e mulheres vêm sendo criticados devido ao seu reducionismo e naturalização dos dois sexos, negligenciando as diferenças intragêneros.

Assim, no presente trabalho tomaremos a Teoria Queer como aporte teórico metodológico para basear nossas investigações referente as tratativas dispensadas a População de Travestis e pessoas Transexuais na Política Social da Saúde no Estado de Rondônia, região Norte do Brasil.

Por consequente, utilizaremos das definições teóricas da Professora Doutora em Psicologia, mulher transexual, Jaqueline Gomes de Jesus, para conceituar esta população que será objeto de análise dentro do arcabouço da Política de saúde. Assim, compreendemos, neste estudo, por travestis:

[...], nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero (JESUS 2012, p. 9)

E por transexuais a autora contribui: "Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao

---

<sup>6</sup> CORPOS QUE IMPORTAM em tradução livre.

seu estado psíquico. Isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos, (p. 9)”. Com base no exposto, tomaremos o conceito de identidade de gênero como a percepção interna e pessoal de ser homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero. Para pessoas transexuais, sua identidade de gênero é diferente do sexo atribuído ao nascimento.

Foi fundante no decorrer de nossa pesquisa a compreensão do conceito de identidade de gênero e como estas identidades dialogam com a Política de Saúde, através do Sistema Único de Saúde. Faz-se evidente a compreensão que pessoas trans precisam de cuidados específicos para questões relacionadas ao gênero, como acompanhamento de saúde sexual e reprodutiva em conformidade com sua identidade de gênero, a necessidade de desenvolver diretrizes para cuidados preventivos específicos para a população trans, incluindo exames de saúde, monitoramento de efeitos colaterais de hormônios e cuidados pós-operatórios para cirurgias de redesignação de gênero. Também destacamos a necessidade da promoção do acesso aos serviços de saúde mental que considere as questões específicas de travestis e pessoas transexuais, incluindo apoio psicossocial e terapias afirmativas de gênero.

Como consequência das reflexões teóricas aqui apresentadas, destacamos que a relação entre identidade de gênero e saúde é um tópico complexo e que requer estudos nas diversas áreas do saber que compõem as ciências da saúde e as ciências sociais, no sentido da compreensão que esta relação abrange aspectos físicos, emocionais, psicológicos, biológicos, culturais e sociais.

Para adentrarmos no campo da reflexão sobre a Política de saúde, faz-se importante fazermos uma breve contextualização histórica da política de saúde no Brasil. A história do Direito à saúde no Brasil é marcada por importantes transformações sociais e políticas ao longo do tempo. Na Era Vargas (1930-1945), com a criação do Ministério da Saúde, em 1930, e a implementação de Políticas de Saúde pública delimita um dos grandes marcos para que a saúde começasse a ser vista como um direito social, mesmo de forma ainda tímida.

Já na Constituição de 1946, houve o primeiro avanço no sentido do reconhecimento da saúde enquanto um Direito Social, no entanto, é com o Movimento Sanitário, a partir da década de 1970, que os movimentos sociais começaram a exigir melhores condições de saúde e a inclusão da saúde como um direito efetivo. Neste cenário, o movimento sanitário foi crucial para a transformação da Política de Saúde para a constituição de um Sistema Público

de Saúde no Brasil. No entanto, foi com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que a saúde foi estabelecida de fato, como um direito de todos e um dever do Estado, buscando através de seus instrumentos legais, garantir acesso universal e igualitário a esta política.

Em suma, a relação entre identidade de gênero e política de saúde no Brasil evidencia a necessidade urgente de adaptações e avanços no Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de garantir o cuidado integral, equitativo e respeitoso às pessoas trans e travestis. Apesar dos avanços históricos e legais na construção do direito à saúde no país, os desafios permanecem, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas específicas que atendam às demandas dessa população. Assim, a saúde da população trans não deve ser vista de maneira isolada, mas como parte de um esforço coletivo e interdisciplinar para promover justiça social, equidade e dignidade no acesso à saúde. Isso exige a contínua formação de profissionais de saúde, o fortalecimento das políticas afirmativas e a integração das questões de gênero como eixo central nas estratégias de cuidado.

Ao olhar para o futuro, torna-se essencial que o Brasil invista em pesquisas, diálogo intersetorial e ações concretas para efetivar os direitos das pessoas trans no SUS, assegurando que a saúde seja de fato um direito de todos, como previsto na Constituição de 1988, e que a diversidade humana seja respeitada e acolhida em sua totalidade.

### **3. *AQUENDA*<sup>7</sup> A METODOLOGIA**

Para desenvolvimento de nossa pesquisa utilizamos dos procedimentos de revisão bibliográfica, análise documental, e exposição de vivências de casos de uma das pesquisadoras responsáveis por este artigo, a qual é mulher transexual, trabalhadora da saúde e usuário do Sistema Único de Saúde.

Neste cenário a abordagem proposta foi de caráter qualitativo, com caráter descritivo, levantando a produção teórica existente sobre o tema, concomitantemente à pesquisa bibliográfica realizamos pesquisa documental, por meio da análise de documentos oficiais

---

<sup>7</sup> O termo *Aquenda* é usado para chamar a atenção de alguém para algo. Essa palavra faz parte do *Bajubá/Pajubá*, uma linguagem que surgiu nas esquinas com a função de ser um código entre as travestis.

(leis e decretos) disponíveis no site oficial do governo do Estado de Rondônia bem como do Ministério da Saúde.

Logo, como metodologia de análise dos dados qualitativos, escolhemos utilizar a análise de conteúdo. Como aporte teórico para análise dos dados utilizamos da Teoria Queer, estateoria, surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1990. O termo queer mostra a presença do inconveniente e abjeto na constituição da sociedade, assim como sua ressignificação positiva na teoria social.

O trabalho foi construído através de Revisão bibliográfica, no qual nos apropriamos do conceito metodológico de Minayo (1994), no qual a referida autora salienta que esta é uma metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expondo as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela. (MINAYO, 1994, p. 22).

Também utilizamos a análise documental como procedimento metodológico, este que é processo de análise, revisão e interpretação de documentos, com o objetivo de extrair informações relevantes e tomar decisões. Em nosso trabalho nos apropriaremos de protocolos, leis, normativas relacionados à saúde e que possam dialogar com as questões das demandas específicas da população de Travestis e Transexuais, para tanto utilizaremos dos meios de comunicação e divulgação do governo do Estado de Rondônia, através da internet (diário oficial e comunicações oficiais)

A metodologia de pesquisa de vivências de caso, também conhecida como **estudo de caso**, é uma abordagem qualitativa de investigação que se foca em analisar profundamente uma ou várias instâncias específicas (um "caso") para entender melhor um fenômeno complexo no seu contexto real.

Neste cenário, nos debruçamos sobre situações vivenciadas pela pesquisadora, mulheres transexual, trabalhadora da saúde (Assistente social com vivência em várias unidades de saúde e em várias cidades do Estado de Rondônia), bem como usuária dos serviços de saúde pública através do SUS.

#### ***4. “A PELE QUE HABITO”: A POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ESTADO DE RONDONIA***

No presente capítulo tratamos sobre nossas vivências enquanto mulher transexual, inserida no trabalho do SUS no Estado de Rondônia, bem como usuárias da Política Social de Saúde através do SUS.

Cabe-nos para tanto apresentar as nossas qualificações profissionais e os espaços nos quais nos inserimos como profissionais da saúde durante a trajetória no Estado de Rondônia. A partir de tal, traremos fatos ocorridos conosco e com demais pessoas transexuais (que foram atendidas por nós e/ou que compartilharam suas vivências através de nosso espaço de Militância na Comunidade Cidadã Livre – COMCIL).

Importa-nos destacar que a inserção de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho perpassam por estigmas e preconceitos. As travestis enfrentam uma série de preconceitos de desafios significativos no mercado de trabalho. Dentre as maiores barreiras percebidas durante nossa vivência e pesquisa, podemos destacar as categorias, as quais trataremos a seguir:

**Discriminação e Estigmatização:** Travestis e outras pessoas trans frequentemente enfrentam estigmas que resultam em discriminação em diversos aspectos da vida, incluindo processos de seleção e ambientes de trabalho. A percepção negativa que é lançada sobre a vida das pessoas travestis pode levar a estereótipos que afetam sua empregabilidade. Muitas vezes, são vistas como menos qualificadas, independentemente de suas habilidades e experiências. Segundo dados da ANTRA 90% da população trans feminina (travestis e mulheres transexuais) estão compulsoriamente na prostituição.

Sobre a prostituição compulsória que ainda é um grande problema que cerceia tantas vidas de tantas travestis e mulheres trans principalmente racializadas espalhadas pelo Brasil, esse mesmo não pode ser tratado de maneira moralista, a se basear por uma falsa régua de ética que ignora nossas transvivências e travestilidades, principalmente quando esses vem inclusive de movimentos de esquerda radical, que muitas vezes continuam culpabilizando os indivíduos e não o sistema que perpetua essa exploração e mercantilização de corpos, nesse caso de mulheres trans e travestis (QUINELLATO E YORK, 2023)

Tal compulsoriedade retratada tem correlação com a transfobia. Aqui compreendemos transfobia como à discriminação, preconceito, ódio ou aversão direcionados a pessoas transgêneros e travestis. Isso inclui uma série de comportamentos, atitudes e práticas que visam deslegitimar ou excluir as pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento. A transfobia pode ocorrer em diversos contextos, desde o pessoal e familiar até o institucional, como no ambiente de trabalho, educação e saúde.

A transfobia na saúde é uma forma específica de discriminação que pessoas travestis e transexuais enfrentam ao tentar acessar serviços de saúde. Esse preconceito manifesta-se de diversas maneiras, desde o desrespeito à identidade de gênero até a recusa de prestar cuidados

adequados. A transfobia nos sistemas de saúde é uma barreira significativa que compromete a qualidade do atendimento e a saúde geral dessa população.

Em nossa pesquisa pudemos caracterizar as seguintes condições de transfobia:

**TABELA 1 - Formas de Transfobia nos Serviços de Saúde**

<b>EXPRESSÕES DA TRANSFOBIA</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA TRANSFOBIA</b>
<b>Negação ou recusa de atendimento</b>	Profissionais de saúde se recusam a prestar atendimento a pessoas trans ou travestis, alegando desconforto pessoal, falta de conhecimento sobre questões de saúde transespecífica ou até preconceito explícito. Isso pode ocorrer em hospitais, clínicas ou consultórios médicos.
<b>Desrespeito ao nome social e pronomes</b>	O uso incorreto do nome social e dos pronomes preferidos pela pessoa trans é uma forma comum de transfobia. Isso pode ocorrer tanto em interações diretas com profissionais de saúde quanto na documentação, onde o nome social muitas vezes é ignorado ou desrespeitado. Esse desrespeito pode gerar constrangimento, humilhação e até fazer com que a pessoa evite buscar atendimento futuro.
<b>Falta de capacitação dos profissionais de saúde</b>	Muitos profissionais de saúde não têm formação adequada sobre a saúde de pessoas trans, o que resulta em uma assistência deficiente. Essa falta de capacitação pode incluir desde o desconhecimento sobre cuidados médicos específicos para pessoas trans (como hormonização e cirurgias de afirmação de gênero) até atitudes preconceituosas e desinformadas. Além disso, há uma percepção de que as questões de saúde de pessoas trans estão relacionadas apenas à transição de gênero, ou ISTs e HIV/AIDS ignorando a necessidade de cuidados básicos e gerais de saúde.
<b>Atitudes Transfóbicas</b>	Comentários depreciativos, piadas ou julgamentos morais sobre a identidade de gênero de pacientes trans são exemplos claros de transfobia que ocorrem durante consultas e tratamentos. Esse tipo de comportamento compromete a confiança da pessoa no sistema de saúde e afeta negativamente sua experiência de atendimento.
<b>Falta de Acesso a Tratamentos Específicos</b>	Pessoas trans muitas vezes enfrentam dificuldades em acessar tratamentos hormonais, cirurgias de afirmação de gênero e tratamentos psicológicos. Em alguns casos, os serviços são limitados ou inexistentes em determinadas regiões, ou os profissionais de saúde não se sentem preparados ou dispostos a oferecer esses cuidados. Além disso, muitos enfrentam barreiras burocráticas e preconceituosas para obter a cobertura dos procedimentos necessários pelo sistema de saúde pública ou por planos de saúde privados.
<b>Violência Institucional</b>	A violência institucional se manifesta quando a estrutura do sistema de saúde dificulta o acesso de pessoas trans a cuidados adequados. Isso inclui a imposição de normas cisnormativas e a ausência de políticas claras para garantir a inclusão e o respeito à identidade de gênero nos serviços de saúde. Além disso, a longa espera por cirurgias de afirmação de gênero ou tratamentos hormonais, devido à falta de profissionais capacitados ou à negligência nas filas de espera, é outra forma de violência institucional.

Com base na tabela acima apresentada foi possível observar sete categorias de análise para que sejam analisados os conteúdos. A priori realizaremos a análise destas

categorias fazendo referência ao estudo de caso, trazendo a tona exemplos destas expressões já vivenciadas pela pesquisadora em questão.

No Brasil, a Constituição e o Sistema Único de Saúde (SUS) garantem o direito ao acesso universal e igualitário à saúde para todas as pessoas. A Portaria nº 2.803/2013, por exemplo, estabelece diretrizes para a atenção integral à saúde de pessoas trans, incluindo o respeito ao nome social e à identidade de gênero. Contudo, é fundamental que essas normas sejam aplicadas de forma efetiva em todas as regiões do país, em principal no Estado de Rondônia, lócus de nossa pesquisa.

Anegação ou recusa de atendimento a travestis e pessoas transexuais é uma forma grave de discriminação e violência institucional que fere os direitos humanos e impede o acesso à saúde de uma parte vulnerável da população. Essa prática transfóbica reflete preconceitos sociais e falta de preparo de profissionais e instituições para lidar de maneira digna e respeitosa com as diversidades de gênero. Embora existam políticas de saúde que garantem a inclusão de pessoas trans e travestis no Sistema Único de Saúde (SUS), a recusa de atendimento ainda é uma prática que ocorre devido a preconceitos, falta de capacitação e barreiras estruturais.

O desrespeito ao nome social e aos pronomes de travestis é uma forma recorrente de violência simbólica e discriminação que compromete a dignidade e o acesso igualitário a direitos fundamentais, especialmente nos serviços de saúde, educação, justiça e espaços públicos. Esse tipo de violência reflete a transfobia estrutural presente em diversas instituições, o que gera exclusão social, constrangimento e prejuízos à saúde mental e emocional, como bem define Bourdieu (1997, p. 204):

"considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural."

Para Bourdieu, a violência simbólica é um conceito que se refere à imposição de uma ordem social ou cultural, muitas vezes aceita pelos indivíduos sem perceberem que estão sendo coagidos. Essa forma de violência ocorre de maneira invisível, sem o uso de força física, mas através da internalização de normas e crenças, que fazem com que as pessoas aceitem e legitimem as desigualdades sociais e de poder.

O nome social é aquele pelo qual uma pessoa travesti ou transexual se identifica e deseja ser chamada, diferindo do nome registrado no nascimento. Ele é um direito garantido por lei em diversas esferas no Brasil, como saúde, educação e espaços de trabalho, assegurando o respeito à identidade de gênero. Respeitar o nome social e os pronomes é uma questão básica de reconhecimento da identidade de gênero. Quando uma pessoa é chamada pelo nome e pronomes corretos, isso reforça sua autonomia e identidade, além de promover um ambiente de respeito e acolhimento. O uso inadequado do nome de registro ou a recusa em utilizar os pronomes escolhidos são formas de violência psicológica que expõem a pessoa a humilhação e marginalização.

Para o Brasil (2002), a violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa que a sofre. Aqui podemos apresentar aspectos no qual a pesquisadora esteve inserida quando profissional na cidade de Colorado do Oeste, com lotação no Hospital Municipal Dr. Pedro Granjeiro, onde era repetitivamente tratada, por determinados profissionais, no gênero masculino. Cabe-nos salientar que tanto a Direção administrativa quanto a Gerência de Enfermagem sempre acolheram de forma humanizada as demandas das profissionais mulheres travesti. Na situação em questão, a medida tomada foi dispor em ambiente da Clínica Médica, de informes sobre a importância do respeito ao nome social e dos pronomes em consonância com a identidade de gênero das servidoras travesti.

Isto posto, percebemos no desenvolver de nossa pesquisa que, na política de Saúde para a População de Travestis e Transexuais no Estado de Rondônia, há falha desde as próprias questões estruturais, passando pelo acolhimento em saúde para esta população. O acolhimento de travestis e transexuais nos serviços de saúde é um tema crucial para a promoção da saúde integral e para o respeito aos direitos humanos dessa população. Infelizmente, travestis enfrentam diversas barreiras no acesso aos serviços de saúde, muitas vezes resultantes de discriminação, preconceito e falta de preparo dos profissionais de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a política de saúde pública voltada para a população de travestis e transexuais no Estado de Rondônia, evidenciando a necessidade de uma abordagem inclusiva e respeitosa que considere as especificidades dessa população. Através de uma metodologia qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica e análise documental, foi possível identificar os avanços e os desafios enfrentados por essas comunidades no acesso aos serviços de saúde.

Os resultados indicam que, apesar das garantias legais estabelecidas pela Constituição e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como a Portaria nº 2.803/2013, a implementação efetiva dessas políticas ainda é insuficiente, especialmente em regiões como o Norte do Brasil. A escassez de materiais e pesquisas focadas nos cuidados de saúde para a população TT ressalta a urgência de se promover um debate mais amplo e fundamentado sobre a inclusão e os direitos dessa população.

Além disso, a pesquisa destacou a importância de ouvir as vozes das próprias pessoas trans, que trazem experiências e vivências que enriquecem a discussão e a fundamentação teórica sobre o tema. A construção de políticas públicas que respeitem a identidade de gênero e o nome social é fundamental para garantir o acesso à saúde de forma digna e igualitária.

Por fim, é imprescindível que as instituições de saúde e os gestores públicos se comprometam com a formação contínua de profissionais, a fim de desmistificar preconceitos e promover um atendimento que respeite a diversidade. A luta pela visibilidade e pelos direitos da população de travestis e transexuais é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. São Paulo: Vozes, 1998, p. 39-64.
- BOURDIEU, Pierre. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em: 6 dez. 2024.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 6 dez. 2024.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CUNHA, Brune Magalhães da. *Do papai e mamãe à família homoafetiva: experiências de pais e mães LGBT*. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.
- MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-30.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.
- QUINELLATO, Lua; YORK, Sara Wagner. **Travesteens**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1563>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- REVISTA CULT. **Uma nova pauta política**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- SCIELO BRASIL. **Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- SOUZA, Drauzio Varella. **Transexualidade: histórico**. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/psiquiatria/transexualidade-historico/>. Acesso em: 6 dez. 2024.